A expansão do ensino superior no Estado do Rio de Janeiro

Glaucio José Marafon
Thiago Jeremias Baptista

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MARAFON, G. J., and BAPTISTA, T. J. A expansão do ensino superior no Estado do Rio de Janeiro. In: MAIA, D. S., and MARAFON, G. J., eds. *Ensino superior e desenvolvimento regional: reconfigurando as relações entre as cidades e o campo* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2020, pp. 12-45. ISBN: 978-65-87949-08-6.

<https://doi.org/10.7476/9786587949086.0002>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Glaucio José Marafon
Thiago Jeremias Baptista

Introdução

O estado do Rio de Janeiro apresenta, juntamente com outras Unidades Federativas da região Sudeste, um proeminente número de instituições de ensino superior (IES), assim como um número expressivo de estudantes matriculados em diferentes faculdades e universidades. Com efeito, o estado supracitado conta, atualmente, com pouco mais de 130 IES e, aproximadamente, 500 mil estudantes na educação superior (SEMERJ, 2015).

A distribuição desse conjunto de IES, formado por instituições públicas e privadas, abrange a oferta nas modalidades presenciais e semipresenciais cuja principal característica consiste na concentração de instituições na metrópole fluminense e nos demais municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), enquanto as outras sete regiões de governo que compõem o interior fluminense se caracterizam por um número menor de IES. Entretanto, acompanhando o processo de reestruturação em curso no estado do Rio de Janeiro, a distribuição espacial das IES tem sido marcada pela interiorização, de modo que não apenas a metrópole

fluminense e o seu entorno apresentam IES, como o seu número foi ampliado em outras regiões de governo do território fluminense.

Diante ao exposto, o artigo em tela tem como objetivo apresentar a expansão do ensino superior no estado do Rio de Janeiro, concedendo ênfase na participação do Consórcio CEDERJ na oferta de cursos de graduação sob a modalidade de ensino a distância no estado do Rio de Janeiro, bem como espacializar as áreas de procedência dos estudantes dos diferentes cursos oferecidos por este consórcio. Para atingir os objetivos apresentados, adotamos, neste trabalho, a metodologia quali-quantitativa. Assim, a partir de um conjunto de procedimentos metodológicos mistos, realizamos tanto o levantamento de referências que abordassem a trajetória do ensino superior no Brasil e no estado do Rio de Janeiro e a consulta de dados sobre o ensino superior no país entre as décadas de 1990 e 2010, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); quanto o levantamento de dados sobre os estudantes matriculados e os cursos oferecidos pelo Consórcio Cederj por meio da consulta as informações disponíveis no portal eletrônico da Fundação Cecierj. Ademais, após a tabulação dessas informações, foi possível realizar a espacialização das áreas de procedência dos estudantes matriculados nos cursos do Consórcio Cederj por meio da utilização do *software* Arcgis.

O artigo é constituído por três seções: a primeira traça comentários acerca da trajetória do ensino superior no país, evidenciando que, diferentemente do contexto latino-americano, a decisão proibitiva do estabelecimento do ensino superior no Brasil pela metrópole portuguesa implicou a criação das primeiras instituições de ensino superior no século XIX e o estabelecimento das primeiras universidades somente no século XX. Na segunda seção, fala-se acerca da situação do ensino superior no estado do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XXI, destacando a concentração das IES na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e a necessidade

de realização de políticas públicas que viabilizem a desconcentração do processo de formação de pessoal de nível superior.

Na terceira seção deste artigo, realizamos uma apresentação do Consórcio Cederj e a relevância dos cursos que oferece no processo de interiorização da oferta dos cursos de graduação no território fluminense, bem como realizamos a espacialização da área de procedência dos estudantes dos diferentes cursos de graduação à distância oferecidos pelo Consórcio Cederj. Ademais, após essa seção, apresentamos as considerações finais do presente artigo.

A trajetória do ensino superior no Brasil: do estabelecimento ao processo de expansão

O ensino superior no Brasil pode ser caracterizado como um caso singular no contexto de fundação das primeiras universidades na América Latina. No contexto latino-americano, a característica atípica de desenvolvimento do ensino superior brasileiro consiste em uma das implicações da decisão proibitiva imposta pela metrópole lusitana ao estabelecimento de instituições de ensino superior durante o período colonial. Com efeito, diferentemente das possessões espanholas cujo processo de fundação das universidades remonta ao século XVI, as primeiras instituições de ensino superior foram implantadas após séculos de colonização, exigindo que a formação da elite colonial portuguesa ocorresse no exterior, destacadamente, na Universidade de Coimbra, assim como em outras universidades europeias, de modo que somente após séculos do processo de colonização ocorreria a formação mais expressiva de um núcleo de ensino superior no Brasil (Oliven, 2002; Barreto e Filgueiras, 2007).

Assim, apesar da ocorrência de algumas iniciativas relacionadas à realização de atividades de ensino formal e à formação de pessoal como, por exemplo, as escolas profissionais, que precederem o período oitocentista, conforme assinalam Barreto e

Filgueiras (2007), foi a partir da vinda da família real portuguesa para o espaço colonial das Américas que ocorreu a implantação das primeiras escolas de curso superior no Brasil (Martins, 2002). A presença da Corte Portuguesa no Brasil implicou em mudanças expressivas, não somente de caráter político e econômico como, por exemplo, a mudança no estatuto jurídico da cidade do Rio de Janeiro, elevando-a à condição de capital-sede do Reino de Portugal, Brasil e Algarves, em 1808, e a liberalização do comércio com as nações amigas a partir da abertura dos portos, em 1810. Implicou também a inauguração de uma nova fase na história cultural brasileira por meio da criação da Imprensa Régia, em 1808, assim como tornou necessário uma reorganização do funcionamento da cidade para a presença Corte Portuguesa no Rio de Janeiro (Marafon et al, 2005 e 2011).

Por conseguinte, como entre as inúmeras carências do Brasil colonial no tocante ao ensino estavam a inexistência de qualquer instituição que formasse médicos e cirurgiões, foi naquele contexto de mudanças que ocorreu o estabelecimento do ensino superior no Brasil, sobretudo, por meio da criação das escolas de medicina e das academias militares. Assim, no curso das primeiras décadas do século XIX, assistiu-se ao estabelecimento da Escola de Cirurgia e Anatomia,¹ em Salvador; enquanto no Rio de Janeiro, tiveram origem a Academia de Anatomia e Cirurgia,² a Academia da Guarda Marinha e a Academia Real Militar.³ Ademais, somaram-se a essas instituições, a partir da década de 1810, o curso de Agricultura e

---

¹ Atual Faculdade de Medicina da Universidade de Federal da Bahia (UFBA). Disponível em: www.fameb.ufba.br/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=1. Acesso em: 07 fev. 2018.

² Atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Disponível em: www.medicina.ufrj.br/. Acesso em: 07 fev. 2018.

³ Antiga Escola Nacional de Engenharia da UFRJ, atual Escola Politécnica da UFRJ. Disponível em: www.poli.ufrj.br/politecnica_sobre.php. Acesso em: 07 fev. 2018.

a Real Academia de Pintura e Escultura (Martins, 2002; Oliven, 2002; Barreto e Filgueiras, 2007).

Todavia, até a década de 1820 não ocorreu ampliação e nem a diversificação do ensino superior no Brasil. Assim, o país recém independente teve que aguardar a segunda metade do século XIX para assistir uma sensível ampliação do seu ensino superior. Esse processo foi realizado mediante uma discreta expansão do número de instituições educacionais e com a consolidação de alguns centros científicos como, por exemplo, o Museu Nacional, a Comissão Imperial Geológica e o Observatório Nacional, assim como as Academias Militares, a Escola de Belas Artes, a Biblioteca Nacional e o Jardim Botânico, ao passo que, no final daquele século, existiam pouco mais de vinte estabelecimentos de ensino superior e cerca de dez mil estudantes no Brasil (Martins, 2002 e Oliven, 2002).

Além do estabelecimento dessas instituições no Rio de Janeiro, é possível identificar que durante os anos compreendidos pela primeira metade do século XIX foram criados mais dois cursos de Direito, sendo um em Olinda e outro em São Paulo, no ano de 1827, assim como a Escola de Minas, que, apesar de ter sido criada na cidade de Ouro Preto, em 1832, foi instalada somente 34 anos depois (Oliven, 2002). Todavia, a autora referenciada pontua que, durante o período imperial, apesar das propostas apresentadas, não foi criada uma universidade no Brasil.

A despeito desse processo, durante as primeiras décadas da República, o Brasil assistiu a um processo de expansão do ensino superior. Acerca desse período, Martins (2002) revela que entre as décadas de 1890 e 1920 esse segmento do ensino foi marcado por um processo de expansão, o que contribuiu para a implantação da universidade e para o crescimento de escolas isoladas, passando estas de um número pouco superior a vinte até alcançarem cento e cinquenta. Com efeito, a criação da primeira universidade brasileira remonta o ano de 1920, sendo nomeada, naquele contexto que precedia o centenário da Independência, como Universidade do

Rio de Janeiro, passando posteriormente a se chamar Universidade do Brasil, em 1937, ao passo que, desde 1965, passou a ser chamada de Universidade Federal do Rio de Janeiro⁴ (Oliven, 2002; Barreto e Filgueiras, 2007).

No início da Era Vargas (1930-45), a aprovação do Estatuto das Universidades Brasileiras viabilizou a criação de novas universidades públicas e particulares com autonomia jurídica. Assim, no contexto da década de 1930, foi criada outra importante universidade do país, a Universidade de São Paulo. Criada em 1934, a Universidade de São Paulo representava a implantação de uma universidade de alto padrão acadêmico-científico, reunindo, assim, faculdades tradicionais e independentes e contando com professores-pesquisadores estrangeiros, de modo que, no curso de um processo histórico do ensino superior brasileiro, a Universidade de São Paulo se tornaria o maior centro de pesquisas do país⁵ (Oliven, 2002).

Embora as datas de criação das maiores universidades brasileiras remontem às primeiras décadas do século XX, de acordo com a periodização realizada por Martins (2002), é possível notar que foi somente a partir da década de 1940 que ocorreu uma trajetória de crescimento do número de instituições de ensino superior no Brasil. Com efeito, esse processo foi acompanhando pela ampliação do número de matrículas nesse segmento do ensino. Durante a Nova República, mais 22 universidades federais foram criadas, constituindo, assim, o sistema de universidades públicas federais, de modo que cada unidade da federação passou a contar em suas respectivas capitais, com uma universidade pública federal, somando-se a esse processo a criação de nove universidades religiosas, sendo oito católicas e uma presbiteriana (Oliven, 2002).

---

⁴ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Disponível em: <https://ufrj.br/historia>. Acesso: em 12 nov. 2019.

⁵ Ranking Universitário Folha. Disponível em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2019/ranking-de-universidades/principal/>. Acesso: em 13 nov. 2019.

Na década de 1960, a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília não foi marcada apenas a perda da centralidade política da antiga capital fluminense com o estabelecimento da metrópole política na porção central do Brasil, conforme assinalam (Santos e Silveira, 2008; Marafon et al, 2011), assim, no âmbito do processo histórico de desenvolvimento do ensino superior no país, aquela década foi marcada pela criação da Universidade de Brasília, em 1961, cujos principais objetivos consistiram no desenvolvimento de uma cultura e de uma tecnologia nacionais ligadas ao projeto desenvolvimentista (Oliven, 2002).

No curso da segunda metade da década de 1960 e da primeira metade da década de 1980, as universidades foram submetidas à maior ingerência do Governo Federal. Com efeito, durante os anos compreendidos pelo período dos governos militares, houve necessidade de aumentar a oferta de acesso ao ensino superior, havendo, assim, a necessidade de mudança no vestibular de etapa eliminatória para classificatória, a ampliação da criação de inúmeras faculdades privadas, bem como o desenvolvimento da pós-graduação no país (Oliven, 2002).

Diante ao exposto, compreende-se que na passagem para a década de 1990, o território brasileiro apresenta a conformação de um ambiente de educação superior constituído tanto por um conjunto de universidades públicas quanto pela presença de inúmeras instituições de ensino superior privadas. Igualmente, além do crescimento do número de IES e de estudantes matriculados que marcou o século XX, esse período também se caracteriza por uma ruptura quando comparado ao momento inicial do estabelecimento do ensino superior no país, especificamente, pelo fato de não se destinar somente às elites, mas à promoção de uma trajetória de ampliação do ensino superior no país.

A reboque desse processo, o período compreendido entre o final do século XX e o início do século XXI se caracterizou pelo crescimento significativo do número de IES no Brasil (SEMERJ, 2015).

Todavia, alguns desafios permaneceram hodiernamente, estando presente entre essas limitações, por exemplo, as dificuldades para viabilizar o aumento do acesso das camadas de menor renda ao ensino superior e os desafios para superar a permanência de deficiências no ensino fundamental e médio oferecidos pelas redes públicas, enquanto fatores que dificultam o acesso dos estudantes desses segmentos quando submetidos aos processos seletivos de ingresso nas IES.

Com efeito, os números das instituições de ensino superior no Brasil saltaram de 873, em 1993, para mais 2,3 mil, em 2013, conforme ilustra o Gráfico 1. O crescimento do número de IES no país contribuiu para uma expressiva ampliação do número de estudantes no ensino superior, de modo que o número de matrículas nesse segmento do ensino foi ampliado de, aproximadamente, 1,6 mil, em 1993, para mais de 6,1 mil matrículas em curso de graduação, em 2013 (SEMERJ, 2015).

Gráfico 1 – Instituições de ensino superior no Brasil: 1993-2013.

Fonte: INEP; SMERJ, 2015. Elaboração própria.

No que concerne ao processo de expansão do ensino superior presencial no Brasil, nota-se, por um lado, que o setor privado foi

responsável não somente pelo considerável aumento do número de IES no país, como também apresentou uma expressiva contribuição para o crescimento do número de matrículas, de modo que essas representavam 652, em 1993, e passaram a compreender 2.090, em 2013. Por outro lado, o número de instituições públicas de ensino superior presencial no país apresentou um sensível crescimento, passando de 221, em 1993, para 301, em 2013 (SEMERJ, 2015). A partir da publicação “Panorama do Ensino Superior no Estado do Rio de Janeiro – 2015”, elaborado pela SEMERJ, nota-se que:

o crescimento das matrículas no ensino superior presencial no Brasil foi de 285,7%. A categoria administrativa privada foi a principal responsável pelo aumento expressivo no número de estudantes matriculados. Com mais de 4,3 milhões de matrículas em 2013, a rede privada teve uma expansão de 364,8%, mais de duas vezes o crescimento da rede pública, que foi de 171,9% e contabilizou 1,79 milhões de matrículas (SEMERJ, 2015, p. 9).

Com efeito, no período compreendido entre os anos 1993 e 2013, o número de matrículas em cursos de graduação presencial no Brasil saltou de 1,5 milhões para 6,1 milhões. Durante essas duas décadas, as instituições privadas que contabilizavam 941 mil matrículas, em 1990, apresentaram um salto para 4,3 milhões de matrículas, em 2013. Entretanto, um movimento de expansão menos expressivo foi registrado pelas instituições públicas; estas contabilizavam 654 mil matrículas, em 1990; registrando apenas 1,7 milhões de matrículas em cursos de graduação presenciais, em 2013 (SEMERJ, 2015).

No que tange à modalidade de ensino superior a distância, nos últimos anos, o Brasil apresentou um crescimento considerável. Com efeito, entre os anos de 2003 e 2013, o total de estudantes matriculados nesta modalidade de ensino saltou de 50 mil para mais de 1,15 milhão (Gráfico 2). Acompanhando esse processo, nota-se que:

assim como nos cursos presenciais, a educação a distância teve como fator central a expansão do número de matrículas na rede privada. O percentual de crescimento nesta categoria administrativa é de 9.890% em uma década, enquanto na rede pública, a expansão, quando comparada ao ano de 2003, foi de 287,5% (SEMERJ, 2015, p. 10).

Gráfico 2 – Número de matrículas em cursos de graduação na modalidade EAD no Brasil – (Em milhares): 2003-13

Fonte: INEP, SEMERJ, 2015. Elaboração própria.

Entre os dez cursos mais procurados nas modalidades de ensino superior presencial e a distância no Brasil estão, respectivamente, os cursos de Direito, Administração, Pedagogia, Engenharia Civil, Ciências Contábeis, Enfermagem, Psicologia, Engenharia de Produção, Arquitetura e Urbanismo e Fisioterapia; assim como os cursos de Pedagogia, Administração, Serviço Social, Gestão Pessoal/Recursos Humanos, Ciências Contábeis, Empreendedorismo, Gestão Logística, Gestão Ambiental, Administração Pública e Formação de Professor de História (SEMERJ, 2015).

Diante ao exposto, na próxima seção do artigo, nossa inclinação se volta à relevância do estado do Rio de Janeiro nesse processo de expansão do ensino superior no Brasil, sobretudo por esta Unidade Federativa despontar em terceiro lugar, quando comparado com os outros estados brasileiros, no que se refere à distribuição do número de matrículas nas redes privada e pública de ensino superior presencial no Brasil, apresentando uma de rede formada por mais de uma centena de IES, que oferecem mais de dois mil cursos de graduação, atendendo, assim, a uma expressiva população universitária.

O ensino superior no estado do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XXI

Localizado na Região Sudeste do Brasil, o estado do Rio de Janeiro possui uma extensão de 43,7 mil km², estabelecendo suas divisas com outras três Unidades Federativas da mesma região. O território fluminense é constituído por 92 municípios e oito Regiões de Governo (figura 1). O estado do Rio de Janeiro não se destaca apenas pela condição de segunda maior economia do território nacional, mas por apresentar, juntamente com os estados de Minas Gerais e São Paulo, um elevado número de estudantes em cursos de nível superior, projetando-se, assim, pelos mais de dois mil cursos de graduação ofertados pelas mais de cem instituições de ensino superior presentes em seu território.

Diferente do crescimento verificado no número de IES privadas no Brasil, que desponta no que se refere ao crescimento em relação ao número de IES públicas; no território fluminense, especificamente, verifica-se uma expansão da rede pública de ensino superior presencial. Com efeito, diferentemente da rede privada, a rede pública manteve os números de instituições em uma trajetória de sensível crescimento, alcançando um número pouco superior a duas dezenas e mantendo as 24 IES estabelecidas, enquanto a rede privada, por outro lado, após alcançar 90 instituições, em 2000, e ter atingido 116 instituições, em 2006, apresentou uma trajetória

de decrescimento, considerando a redução para o número de 110 IES, em 2013 (gráfico 3).

Figura 1 – Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro

Fonte: CEPERJ, 2019. Disponível em: www.ceperj.rj.gov.br. Acesso em: 13 nov. 2019.

Gráfico 3 – Número de instituições de ensino superior no Estado do Rio de Janeiro: 2003-13

Fonte: INEP, SEMERJ, 2015. Elaboração própria.

No que diz respeito ao número de matrículas no ensino superior, o estado do Rio de Janeiro, em 2013, correspondeu por 8,4% das matrículas nas redes privada e pública de ensino superior. Esse percentual correspondeu ao total de 518.710 matrículas na modalidade presencial em IES das redes privada e pública, sendo antecedido somente pelos estados de São Paulo e Minas Gerais, que são responsáveis, respectivamente, por 26,7% e 10,3% das matrículas em cursos de graduação presenciais nas redes privada e pública de educação superior do país (gráfico 4).

Gráfico 4 – Distribuição de matrículas por Estado – cursos de graduação presenciais nas redes privada e pública – ano: 2013

Fonte: INEP, SEMERJ, 2015. Elaboração própria.

Apresentando uma trajetória evolutiva nos últimos anos, a modalidade de ensino à distância no estado do Rio de Janeiro foi caracterizada pelo crescimento de matrículas, alcançando o número 67.280 matrículas nessa modalidade quando somadas as IES privadas e públicas, em 2013. Nos últimos anos, o maior número de matrículas em cursos de graduação na modalidade de ensino à distância esteve concentrado nas instituições privadas, em 2013, registraram 43,5 mil matrículas, enquanto as instituições públicas que

oferecem essa modalidade de ensino registraram 23,7 mil matrículas no mesmo ano (SEMERJ, 2015).

No que concerne à distribuição espacial dos *campi* universitários no estado do Rio de Janeiro, nota-se que todas as regiões de governo apresentam IES, sendo a maior a concentração das instituições de ensino superior em municípios da Região Metropolitana. A despeito dessa concentração, as Regiões Norte Fluminense, Médio Paraíba, Baixadas Litorâneas, Centro-Sul Fluminense, Serrana e da Costa Verde apresentam um menor número de instituições de ensino superior, quando comparadas à RMRJ, sendo esse padrão de distribuição espacial seguido no que diz respeito à espacialização das IES privadas e públicas no estado do Rio de Janeiro, como ilustra a figura 2.

Figura 2 – Mapas dos *campi* universitários no Estado do Rio de Janeiro

Campi Universitários no Estado do Rio de Janeiro

Fonte: Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense (NEGEF).

Assim, os municípios com os maiores números de *campi* universitários no território fluminense são o município do Rio de Janeiro, na Região Metropolitana, e o município de Campos dos Goytacazes, na Região Norte Fluminense. Esse padrão se repete tanto no que concerne à distribuição espacial das instituições privadas, quanto no que diz respeito à espacialização das instituições públicas de ensino superior no território da segunda maior economia do país. Com efeito, o processo de formação de pessoal de nível superior tende a apresentar uma concentração espacial no território.

Diante ao exposto, é possível compreender a necessidade da realização de políticas públicas que viabilizem a democratização do acesso ao ensino superior no estado do Rio de Janeiro, de modo que a população que reside distante das áreas com maior oferta de acesso às instituições de ensino superior tenham oportunidade de dar continuidade ao seu processo de formação após a conclusão do ensino médio. Nesse sentido, considerando as inúmeras limitações estruturais e conjunturais existentes no território fluminense, uma forma de democratizar o acesso aos cursos de ensino superior e interiorizar o processo de formação de pessoal no estado do Rio de Janeiro tem sido viabilizada por cursos de graduação a distância e/ou semipresenciais oferecidos por IES privadas e públicas.

O Consórcio Cederj está inserido no processo de ampliação da oferta dos cursos de graduação a distância no estado do Rio de Janeiro por instituições públicas. Na seção subsequente deste artigo, a ênfase de nossa análise inclina-se a abordar o ensino superior a distância no estado do Rio de Janeiro e a participação dos cursos de graduação a distância do Consórcio Cederj nesse processo. Na próxima seção, expõe-se tanto a distribuição espacial dos polos desse consórcio quanto os seus cursos, a forma de ingresso e as áreas de procedência de seus estudantes no território fluminense.

Os cursos de graduação do Consórcio Cederj e o processo de interiorização do ensino superior no estado do Rio de Janeiro

A revolução tecnológica e a difusão do acesso aos meios de comunicação contemporâneos com a afirmação do meio-técnico-científico-informacional nos territórios implicaram uma transformação nos processos de ensino-aprendizagem. Com efeito, não ocorreu apenas a utilização crescente de recursos tecnológicos na educação à medida que se assistiu à crescente utilização de multimídias no processos convencionais de ensino, mas tornou-se possível identificar a utilização de ferramentas de interação a distância que contribuíram tanto para o processo de formação de pessoal quanto para a realização de cursos de graduação a distância e semipresenciais.

A concentração espacial das IES no estado do Rio de Janeiro evidencia importância da realização de políticas públicas que viabilizem o processo de interiorização do ensino superior território fluminense. Nesse sentido, a Fundação Cecierj (Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro), enquanto um órgão vinculado à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT), não desenvolve projetos apenas nas áreas de Ensino de Jovens e Adultos (CEJA), Divulgação Científica, Pré-Vestibular Social (PVS) e Extensão (Formação Continuada de Professores), mas realiza a formação de pessoal de nível superior por meio da Graduação a Distância do Consórcio Cederj (Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro).

Por meio de uma metodologia de educação a distância, o Consórcio Cederj tem como objetivos viabilizar o acesso àqueles que enfrentam dificuldades para a realização do processo educacional superior público por morarem longe das universidades e que apresentam limitações relacionadas à indisponibilidade de tempo para os horários tradicionais de aula. Nesse sentido, apesar de algumas disciplinas exigirem uma presença mínima para execução de aulas práticas de laboratório, trabalhos de campo, trabalhos em

grupo e estágios curriculares obrigatórios, todavia, nos cursos de graduação a distância do Consórcio CEDERJ não há aulas presenciais diárias, o que permite ao estudante realizar a condução de seus estudos no local e horário de sua preferência. Para tanto, o estudante dispõe de um cronograma e conta com material didático, ademais, pode recorrer ao apoio de tutoria presencial oferecido nos polos do consórcio, assim como com o suporte da tutoria a distância realizada por telefone (0800) ou pela internet.⁶

O Consórcio Cederj foi criado no ano 2000 com o objetivo de levar educação superior, gratuita e de qualidade a todo o estado do Rio de Janeiro. Atualmente, esse consórcio oferece 15 cursos de ensino superior na modalidade de ensino a distância que são distribuídos entre diferentes instituições públicas de ensino superior do estado do Rio de Janeiro (tabela 1). As instituições que viabilizam o suporte ao consórcio Cederj compreendem a Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro (FAETEC) o Instituto Federal Fluminense (IFF), o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e a Universidade Estadual da Zona Oeste (UEZO), assim como o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET), a Universidade Estadual Norte Fluminense (UENF), a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). No entanto, apenas ofertam cursos o CEFET/RJ, a UENF, a UERJ, a UFF, a UFRJ, a UFRRJ e a UNIRIO.⁷

---

⁶ CECIERJ (2019). Disponível em: www.cecierj.edu.br/consorcio-cederj/metodologia/. Acesso em: 15 nov. 2019.

⁷ Disponível em: www.cecierj.edu.br. Acesso em: 15 nov. 2019.

Tabela 1 – Cursos de graduação do Consórcio Cederj

Curso de Graduação	Instituição de Ensino Superior
Administração	UFRRJ
Administração Pública	UFF
Licenciatura em Química	UENF ou UFRJ
Licenciatura em Letras Português-Literatura	UFF
Licenciatura em Matemática	UFF ou UNIRIO
Licenciatura em História	UNIRIO
Licenciatura em Física	UFRJ
Licenciatura em Geografia	UERJ
Licenciatura em Ciências Biológicas	UERJ ou UFRJ ou UENF
Licenciatura em Pedagogia	UERJ ou UNIRIO ou UENF
Licenciatura em Turismo	UFRRJ ou UNIRIO
Engenharia de Produção	CEFET ou UFF
Tecnologia em Gestão de Turismo	CEFET
Tecnologia em Segurança Pública e Social	UFF
Tecnologia em Sistemas de Computação	UFF

Fonte: CECIERJ, 2019. Elaboração própria. Disponível em: www.cecierj.edu.br/. Acesso em: 15 nov. 2019.

Os 15 cursos de graduação do Consórcio Cederj contam com 33 polos localizados em 32 municípios do estado do Rio de Janeiro⁸ (figura 3). Esses polos se constituem enquanto uma referência física onde os estudantes realizam as atividades presenciais obrigatórias como, por exemplo, as aulas no laboratório, as avaliações e as tutorias presenciais, além das atividades facultativas como, por exemplo, as semanas acadêmicas dos cursos de graduação, as palestras, os seminários e as aulas inaugurais.

⁸ De acordo com informações disponíveis no portal eletrônico da Fundação Cecierj, está prevista a ampliação do Consórcio Cederj para 35 polos e 17 cursos no ano de 2020.

Figura 3 – Mapa dos polos do Cederj

Fonte: CECIERJ, 2019. Disponível em: www.cecierj.edu.br/consorcio-cederj/cursos-x-polos/. Acesso em: 15 nov 2019.

O Consórcio Cederj conta com, aproximadamente, 45 mil estudantes matriculados que ingressam nos cursos por processos seletivos semestrais.⁹ A análise da distribuição espacial da procedência dos estudantes dos cursos de graduação a distância do Consórcio Cederj no estado do Rio de Janeiro permite compreender que a maioria dos estudantes são da Região Metropolitana, sendo esse recorte espacial seguido por outras regiões do interior fluminense (figura 4).

Figura 4 – Mapa da procedência dos alunos do Cederj no estado do Rio de Janeiro

Fonte: Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense (NEGEF).

Apresentando um padrão de distribuição conformado pela existência de polos nas oito regiões de governo do território fluminense, os cursos oferecidos por esse consórcio recebem alunos de diferentes municípios do estado. Com efeito, assiste-se, por meio desse consórcio, uma contribuição ao processo de democratização

⁹ Disponível em: www.cecierj.edu.br. Acesso em: 15 nov. 2019.

ao nível superior no território fluminense, bem como a consolidação de um processo que viabiliza o acesso a políticas de qualificação profissional no interior do estado do Rio de Janeiro.

Acerca desses processos, observa-se que a maior procedência dos alunos do curso de Administração do Consórcio Cederj é da metrópole fluminense, bem como dos municípios de São Gonçalo e Duque de Caxias, na Região Metropolitana. Ademais, o município de Angra dos Reis, na Costa Verde, e Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, se destacam enquanto áreas de procedência, respectivamente, nas porções setentrional e meridional do território fluminense. Todavia, além desses espaços, as regiões Serrana e Médio Paraíba também se projetam enquanto áreas de procedência dos alunos do curso supracitado (figura 5).

Figura 5 – Mapa de procedência dos alunos do curso de Administração do Cederj

Fonte: Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense (NEGEF).

No que concerne às áreas de procedência dos estudantes do curso de Administração Pública do Consórcio Cederj, é possível identificar que a maioria dos alunos é oriunda da metrópole fluminense, assim como dos municípios de Nova Iguaçu e Belford Roxo, na Região Metropolitana. No Centro-Sul Fluminense, o município de Três Rios se projeta como a principal área de procedência da região, assim como o município de Volta Redonda e Barra Mansa, na Região Médio Paraíba; enquanto na Região Noroeste Fluminense, os municípios de Bom Jesus de Itabapoana e Itaocara se destacam como áreas de procedência (figura 6).

Figura 6 – Mapa de procedência dos alunos do curso de Administração Pública do Cederj

Fonte: Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense (NEGEF).

Os alunos do curso de Física do Consórcio Cederj têm como as principais áreas de procedência os municípios do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e São Gonçalo, na Região Metro-

litana, assim como os municípios de Macaé e Angra dos Reis, respectivamente, nas regiões Norte Fluminense e Costa Verde. Todavia, pode-se observar que, além dos municípios mencionados, outros municípios também se destacam enquanto área de procedência das regiões Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Centro Sul Fluminense e Médio Paraíba (figura 7).

No que tange ao curso de licenciatura em Biologia do Consórcio Cederj, a área de procedência dos estudantes compreende um conjunto de municípios das regiões Metropolitana, Norte Fluminense e Médio Paraíba, enquanto que nas regiões Serrana e Costa Verde se destacam, respectivamente, os municípios de Três Rios, Petrópolis, Nova Friburgo e Angra dos Reis (figura 8).

Figura 7 – Mapa de procedência dos alunos do curso de Física do Cederj

Fonte: Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense (NEGEF).

Figura 8 – Mapa de procedência dos alunos do curso de licenciatura em Biologia do Cederj

Fonte: Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense (NEGEF).

A procedência dos alunos do curso de licenciatura em História é caracterizada pela maior concentração na cidade do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu e Duque de Caxias, enquanto na Região Serrana, o município de Miguel Pereira se destaca como a área de maior procedência desses estudantes. Na Região do Médio Paraíba, as áreas de maior procedência compreendem o eixo entre os municípios de Resende, Barra Mansa e Volta Redonda. Assim como nessas regiões, outros municípios se apresentam como área de procedências dos estudantes do curso de História, todavia, sem a expressividade dos supracitados municípios (figura 9).

Figura 9 – Mapa de procedência dos alunos do curso de licenciatura em História do Cederj

Fonte: Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense (NEGEF).

A procedência dos estudantes do curso de licenciatura em Letras caracteriza-se pela concentração no município do Rio de Janeiro e Nova Iguaçu, na Região Metropolitana, assim como nos municípios de Nova Friburgo, na Região Serrana, Volta Redonda, na Região do Médio Paraíba. Na porção setentrional do estado, os municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana, na Região Norte Fluminense, e Itaperuna, na Região Noroeste Fluminense, se projetam como as principais áreas de procedências dos estudantes desse curso (figura 10).

Figura 10 – Mapa de procedência dos alunos do curso de licenciatura em Letras do Cederj

Fonte: Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense (NEGEF).

A distribuição espacial das áreas de procedência dos estudantes do curso de licenciatura em Matemática se caracteriza, apesar da abrangência de todo o território fluminense, pela concentração nos municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Niterói e São Gonçalo, na Região Metropolitana. Somam-se a essa região, na porção meridional do estado, a Região do Médio Paraíba, onde os municípios de Volta Redonda, Barra Mansa e Resende se destacam, bem como o município de Angra dos Reis, na Costa Verde. Na Região Serrana, os principais destaques são os municípios de Petrópolis e Nova Friburgo, enquanto nas Baixadas Litorâneas se destacam os municípios de Iguaba Grande e Cabo Frio. Na porção setentrional do território fluminense se destacam Macaé e Campos

dos Goytacazes, no Norte Fluminense, assim como Itaperuna, no Noroeste Fluminense (figura 11).

Figura 11 – Mapa de procedência dos alunos do curso de licenciatura em Matemática do Cederj

Fonte: Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense (NEGEF).

Os municípios que mais se destacam enquanto áreas de procedência dos estudantes do curso de licenciatura em Química são o Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São Gonçalo e Niterói, na Região Metropolitana; Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense; Volta Redonda, na Região Médio Paraíba; assim como Angra dos Reis, na Região da Costa Verde. Todavia, outros municípios dessas regiões e das demais regiões do estado do Rio de Janeiro se apresentam como áreas de procedência, porém, com menos expressividade quando comparados aos municípios destacados (figura 12).

A procedência dos alunos do curso de licenciatura em Pedagogia se caracteriza pela concentração nos municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, na Região Metropolitana. Os principais destaque na Região Serrana do estado são os municípios de Petrópolis e Nova Friburgo; na Costa Verde, o município de Angra dos Reis se projeta como a principal área de procedência, enquanto que na Região do Médio Paraíba, o eixo formado pelos municípios de Volta Redonda, Barra Mansa e Resende são os que se destacam como áreas de procedência dos estudantes. Nas Baixadas Litorâneas, destacam-se os municípios de Saquarema e Cabo Frio (figura 13).

Figura 12 – Mapa de procedência dos alunos do curso de licenciatura em Química do Cederj

Fonte: Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense (NEGEF).

Figura 13 – Mapa de procedência dos alunos do curso de licenciatura em Pedagogia do Cederj

Fonte: Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense (NEGEF).

Apesar de apresentar como área de procedência de seus estudantes municípios de diferentes regiões do interior fluminense, a maior concentração de estudantes do curso de Tecnologia em Gestão de Turismo do Cederj ocorre na Região Metropolitana. Os municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São Gonçalo e Niterói se destacam enquanto área de procedência desse curso (figura 14).

Figura 14 – Mapa de procedência dos alunos do curso de Tecnologia em Gestão de Turismo

Fonte: Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense (NEGEF)

Os estudantes do curso de Tecnologia em Segurança Pública procedem, em sua maioria, dos municípios do Rio de Janeiro, São Gonçalo, na Região Metropolitana, assim como Duque de Caxias e Nova Iguaçu na mesma região. Na porção meridional do estado, o município de Volta Redonda, na Região do Médio Paraíba, se apresenta como a principal área de procedência, assim como Nova Friburgo e Três Rios, respectivamente, nas regiões Serrana e Centro-Sul Fluminense (figura 15).

Figura 15 – Mapa de procedência dos alunos do curso de Tecnologia em Segurança Pública

Fonte: Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense (NEGEF).

Diante ao exposto, compreende-se que, enquanto política pública, o Consórcio Cederj tem viabilizado o processo de interiorização do ensino superior no estado do Rio de Janeiro. Ademais, o referido consórcio se constitui enquanto uma possibilidade de absorção do pessoal de nível superior, assim como daqueles que são pós-graduandos e/ou pós-graduados no mercado de trabalho por meio de seleções regulares e temporárias a fim de atender às demandas decorrentes da oferta de vagas nos cursos de graduação. Com efeito, o Consórcio Cederj compõe articulações entre aqueles que aspiram a formação em nível superior nos cursos oferecidos pela modalidade semipresencial com os mediadores presenciais ou a distância, articuladores e pessoal que realizam distintas atividades nos polos, coordenadores de disciplina e coordenadores de cursos.

Considerações Finais

Após um longo período destituído da oferta do ensino superior, a trajetória desse segmento de ensino no Brasil foi marcada por um processo de ampliação da oferta do número de cursos, sendo acompanhado pelo aumento do número de instituições e de estudantes de nível superior. A ampliação do ensino superior no país remonta às duas décadas que compreendem a passagem do século XX para o século XXI, tendo como característica a participação expressiva das instituições de ensino superior privadas.

Com efeito, o setor privado foi responsável não somente pelo considerável aumento do número de instituições de ensino superior no país, como também apresentou uma expressiva contribuição para o crescimento do número de matrículas. Entretanto, participação das instituições públicas ocorreu de maneira mais tênue; assim, o número de instituições públicas de ensino superior presencial no país apresentou um sensível crescimento, alcançando pouco mais de trezentas instituições, em 2013. Acompanhando esse processo, assistimos, nos últimos anos, ao crescimento considerável da modalidade de ensino superior a distância no Brasil, ao passo que esta modalidade atingiu um 1.154 de matrículas, em 2013, sendo 999 destas realizadas em IES privadas e 155, em IES públicas.

Entre os cursos mais procurados nas modalidades de ensino superior presencial e a distância no Brasil estão, respetivamente, os cursos de Direito, Administração, Pedagogia, Engenharia Civil, Ciências Contábeis, Enfermagem, Psicologia, Engenharia de Produção, Arquitetura e Urbanismo e Fisioterapia; assim como os cursos de Pedagogia, Administração, Serviço Social, Gestão Pessoal/Recursos Humanos, Ciências Contábeis, Empreendedorismo, Gestão Logística, Gestão Ambiental, Administração Pública e Formação de Professor de História.

A despeito do processo de crescimento verificado no número de IES privadas no Brasil, identificamos, no estado do Rio de

Janeiro, a expansão da rede pública de ensino superior presencial, considerando que estas alcançaram e mantiveram o número de instituições em detrimento das IES privadas. Apesar das instituições privadas possuírem maior quantidade de estabelecimentos, apresentaram redução de número de IES, nos últimos anos. A trajetória evolutiva da modalidade de ensino a distância no estado do Rio de Janeiro nos últimos anos pode ser caracterizada pelo crescimento de matrículas, alcançando o número 67.280 matrículas nessa modalidade quando somadas às IES privadas e públicas. Esses números estão concentrados nas instituições privadas em detrimento das instituições públicas, que contaram com, respectivamente, 43,5 mil e 23,7 mil matrículas em 2013.

A respeito dessa modalidade, o Consórcio Cederj ascende no cenário do ensino superior do território fluminense oferecendo quinze cursos de ensino superior na modalidade de ensino a distância, distribuídos entre diferentes instituições públicas de ensino superior do estado do Rio de Janeiro. Os cursos de graduação do referido consórcio contam com 33 polos localizados em 32 municípios do estado, atendendo a, aproximadamente, 45 mil estudantes. Ademais, a análise da distribuição espacial da procedência dos estudantes dos cursos de graduação a distância do Consórcio Cederj no estado do Rio de Janeiro permitiu compreender que a maioria dos estudantes é da Região Metropolitana, sendo este recorte espacial seguido por outras regiões do interior fluminense, o que materializa a realização de um política pública que promove tanto a democratização do ensino superior no território fluminense quanto viabiliza o processo de interiorização da qualificação profissional no estado do Rio de Janeiro.

Referências

- BARRETO, A. L. e FILGUEIRAS, C. A. L. “Origens da universidade brasileira”. *Quim. Nova*, v. 30, n. 7, 2007. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20111018024103/http://quimicanova.sbq.org.br/qn/qnol/2007/vol30n7/49-AG07011.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.
- FUNDAÇÃO CECIERJ – CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Portal eletrônico CECIERJ [2019]*. Disponível em: www.cecierj.edu.br/. Acesso em: 15 nov. 2019.
- FUNDAÇÃO CEPERJ – CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO. *Portal eletrônico CEPERJ [2019]*. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/>. Acesso em: 15 nov. 2019.
- MARAFON, G. J. et al. *Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro: uma contribuição geográfica*. Rio de Janeiro, Gramma, 2005.
- _____. et al. *Geografia do Estado do Rio de Janeiro: da compreensão do passado aos desafios do presente*. Rio de Janeiro, Gramma, 2011.
- MARTINS, A. C. P. “Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais”. *Acta Cirúrgica Brasileira*, v. 17. Suplemento 3, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/acb/v17s3/15255.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2019.
- OLIVEN, A. C. “Histórico da educação no Brasil”. In: SOARES, M. S. A. *A educação superior no Brasil*. Porto Alegre, Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe, 2002. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/03/1109.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.
- SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SEMERJ – SINDICATO DAS ENTIDADES MANTENEDORAS DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. “Panorama do Ensino Superior no Estado do Rio de Janeiro 2015”. *Portal eletrônico SEMERJ [2019]*. Disponível em: www.semerj.org.br. Acesso em: 13 nov. 2019.